



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Orlândia
FORO DE ORLÂNDIA
1ª VARA

Praça Coronel Orlando, s/nº, ., Centro - CEP 14620-000, Fone: (16) 2174
-6214, Orlandia-SP - E-mail: orlandia1@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº: **1001218-32.2022.8.26.0404**

Classe - Assunto **Mandado de Segurança Cível - Licitações**

Impetrante: **A. Facil Massa Asfaltica**

Impetrado: **Prefeito Sergio Augusto Bordin Junior**

Juiz de Direito: Dr. JOÃO PAULO RODRIGUES DA CRUZ

Vistos

Cuida-se de mandado de segurança impetrado por **A. Facil Massa**

Asfaltica em face de ato indigitado coator praticado pelo(a) **Prefeito Sergio Augusto Bordin**

Junior.

Aduz, na essência, que é empresa cujo objeto social é a produção e

comercialização de massa asfáltica ensacada. O Município de Orlândia elaborou processo

licitatório na modalidade de pregão presencial nº 93/2022, vinculado ao Processo Administrativo

nº 118/2022, com realização marcada para data de hoje (09/06/2022), às 14h00, o qual possui

como objeto a aquisição de 6.000 unidades de 25kg do referido produto. Narra que o edital traz

insito exigências abusivas e ilegais, o que limita a concorrência. No processo administrativo

ofertou impugnação ao edital, na qual não foi conhecida, por intempestividade. Justifica a

impetração pela tempestividade da impugnação ao edital de pregão presencial 93/2022.

Liminarmente postula a suspensão do ato, ante a falta de análise do mérito da impugnação.

Juntou documentos.

O Ministério Público manifestou às fls. 101/102.

É o relatório.

Decido.

A liminar deve ser deferida.

Em se tratando de Mandado de Segurança, há que se observar o disposto na Constituição da República, bem como na Lei 12.016/2009, que traz expressamente:

Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido

e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que,

ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica

sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade,

seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

De outro norte, também estabelece a norma:

Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

fls. 104



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Orlandia

FORO DE ORLÂNDIA

1ª VARA

Praça Coronel Orlando, s/nº, ., Centro - CEP 14620-000, Fone: (16) 2174-6214, Orlandia-SP - E-mail: orlandia1@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

[...] III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver

fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da

medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do

impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o

ressarcimento à pessoa jurídica.

O ponto nevrálgico do presente pedido liminar neste *mandamus* é a

tempestividade ou não da impugnação ofertada pela impetrante junto ao procedimento

administrativo; e o não conhecimento do mérito.

Conforme se vê às fls. 61/85, notadamente à fl. 61, comprova o impetrante o protocolamento da impugnação na data de 07/06/2022, respeitando o prazo contido no edital (item 6 e 6.1 – fl. 42).

Confira:

" 6 - Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. 6.1 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil" e o item 6.1.2 Os recursos e as impugnações deverão ser protocolados no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Orlândia/SP. (fls. 42 e 43 - grifo nosso).

Portanto, tempestiva a impugnação ofertada, de modo que deve ser conhecida e seus argumentos afastados ou não, dando ampla transparência e conhecimento do decidido pela autoridade, sob pena de burlar princípio constitucional basilar, da ampla defesa e contraditório (artigo 5º, LV, da CRFB).

E, mais, deve a autoridade coatora observar os ditames do edital.

Sabe-se que o edital do certame vincula tanto a Administração Pública

quanto os concorrentes, pelos princípios constitucionais previstos no art. 37, inciso XXI e da Lei

8.666/1993, confira-se, quanto a esta última:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Não é demais reforçar que tanto o Administrador quanto o Administrado estão jungidos ao que previsto do Edital regulador. Não se pode flexibilizar os critérios descritos no edital, sob pena de ofensa à isonomia.

Patente, nesta fase de cognição sumária, o direito líquido e certo do impetrante.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Orlândia
FORO DE ORLÂNDIA
1ª VARA

Praça Coronel Orlando, s/nº, ., Centro - CEP 14620-000, Fone: (16) 2174-6214, Orlandia-SP - E-mail: orlandia1@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Mercê do exposto, **DEFIRO** a liminar postulada e determino a suspensão doS EFEITOS do Pregão Presencial nº 93/2022, vinculado ao Processo Administrativo nº 118/2022, cuja realização se deu em 09 de junho de 2022, as 14h00, a fim de garantir o direito da impetrante de ter analisada a impugnação apresentada até julgamento do presente Mandado de Segurança.

Venham as informações das autoridades indigitadas coatoras em 10 (dez) dias. Notifique-se a autoridade coatora, servindo este como **MANDADO DE NOTIFICAÇÃO e intimação da liminar ora deferida.**

Expeça-se folha de rosto e distribua PLANTÃO-URGENTE.

Cadastre-se o Município de Orlândia como terceiro interessado e faça-se vista, via portal, assim como remeta esta decisão ao e-mail da procuradoria jurídica do município visando sua cientificação.

Com a chegada das informações, ouça-se novamente os impetrantes e, em seguida, ao Ministério Público.

Expeça-se o necessário. **Dou a esta decisão força de ofício e mandado.**

Int.

Orlandia, 09 de junho de 2022.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

